

20 RELATÓRIO ANUAL

Escritório de Avaliação e Supervisão



Copyright © [2021] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO)

(<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzida com atribuição ao BID e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido.

Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO.

Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.

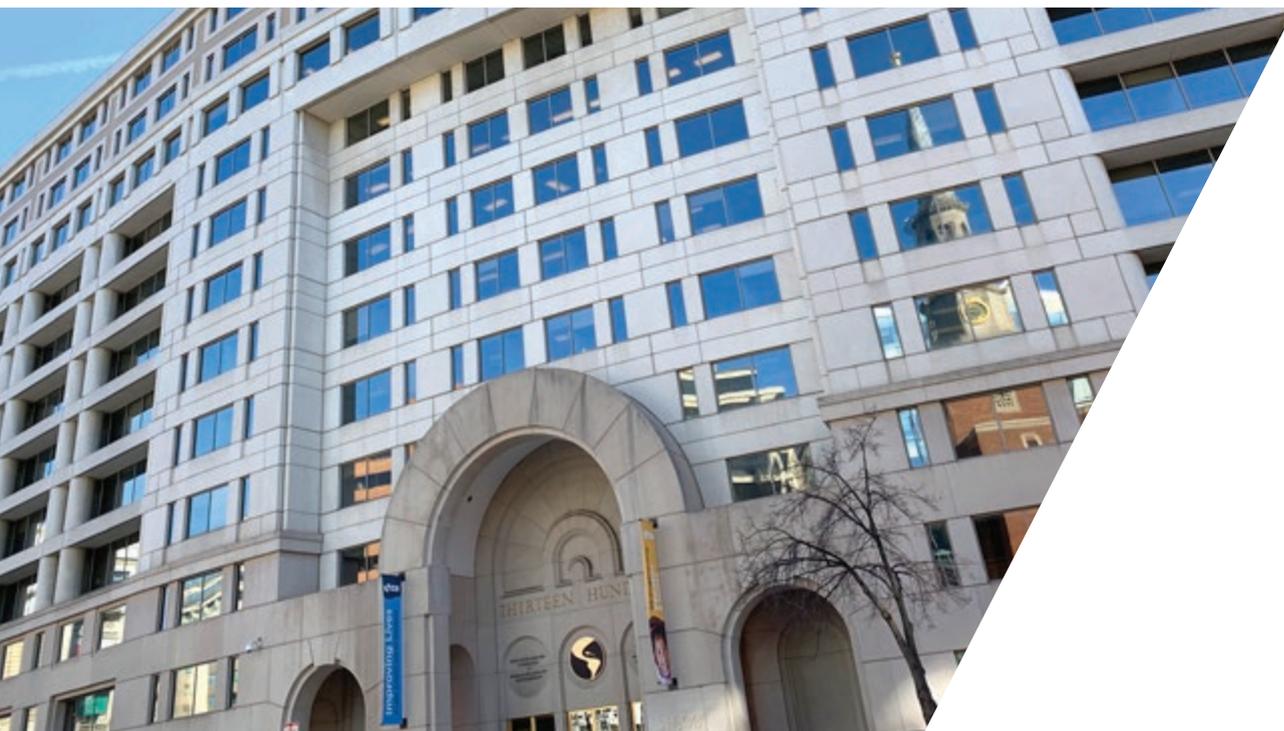


© **Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2021**

Escritório de Avaliação e Supervisão
1350 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
www.iadb.org/evaluacion

20 RELATÓRIO ANUAL

Escritório de Avaliação e Supervisão



ESCRITÓRIO DE AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO — OVE

Estabelecido em 1999, realiza avaliações independentes e sistemáticas sobre estratégias, políticas, programas, atividades, funções e sistemas de prestação de serviços do BID.

O OVE publica as conclusões dessas avaliações para que suas recomendações possam ser usadas no desenho, análise e execução de novas operações.

ÍNDICE

I	Prefácio
III	Acrônimos e Abreviações
1	Avaliações por Categoria
3	Avaliações de programas dos países
12	Avaliações corporativas
14	Avaliações de projetos
17	Disseminação e Gestão do Conhecimento
21	Desenvolvimento da Capacidade de Avaliação
22	O Trabalho à Frente
25	Anexo: Avaliações do OVE realizadas em 2011–2020, por categoria

PREFÁCIO



Quando o OVE desenvolveu seu programa de trabalho para 2020–21, houve consenso entre as partes de que seu trabalho deveria contribuir para discussões estratégicas de questões-chaves enfrentadas pelo Grupo BID. A região ainda estava fazendo o balanço de uma década frustrante - uma década em que os ganhos em termos de redução da pobreza, igualdade e crescimento estagnaram, e a agitação social e o ceticismo em relação às instituições democráticas aumentaram. O Banco celebrou seu 60º aniversário e esperava-se que um novo presidente ingressasse no Grupo BID no outono de 2020, após 15 anos sob a liderança do presidente que terminava seu mandato. Enquanto o Grupo BID estava pronto para abraçar novas prioridades no apoio à região, o OVE estava pronto para contribuir, por meio de evidências, sobre se, e como, o Grupo BID havia alcançado seus objetivos em desenvolvimento, e em que medida a organização e processos estavam adequados para a tarefa.

Entretanto, como diz a música, “a vida é o que acontece enquanto você está ocupado fazendo outros planos.” No início de 2020, a COVID-19 começou a se espalhar pelo mundo e, no início de março, foi declarada uma pandemia. Na metade de março, o Grupo BID instituiu o teletrabalho obrigatório, exigindo uma completa reorganização de nosso trabalho.

Inicialmente, as restrições de viagens não afetaram significativamente nosso trabalho uma vez que as visitas de país e de campo, para a maioria das avaliações em andamento, já haviam ocorrido. Apenas duas visitas de país foram canceladas para uma avaliação que já havia concluído um número substancial de visitas. Então, no geral, as restrições de viagem não afetaram substancialmente as avaliações que o OVE entregou em 2020. Ainda assim, nosso trabalho teve que ser ajustado às novas circunstâncias: o trabalho em equipe, bem como as discussões com a administração e o Conselho de Diretores Executivos tornaram-se virtuais, eventos de divulgação em campo não puderam ser organizados para nenhuma das avaliações concluídas, e foi necessário considerar essa nova circunstância no desenho das novas avaliações.

Algumas mudanças que o OVE introduziu antes da pandemia apoiaram a resiliência que precisávamos durante esse período, como a nova estrutura organizacional e o processo renovado de garantia de qualidade. O OVE aproveitou a oportunidade para aprender com os desafios dessa circunstância incomum e está crescendo com o que estamos aprendendo.

No início do processo, notamos um maior apetite para a participação e compartilhamento de lições e novas abordagens. Um ambiente totalmente virtual facilitou a organização de eventos em que avaliadores de diferentes partes do mundo pudessem participar. O intercâmbio que tivemos com avaliadores da região confirmaram o que havíamos observado internacionalmente: a demanda era grande para compartilhar lições, e aprender com a experiência uns dos outros em temas variados, tais como formas de coletar informações sem missões de campo, maneiras de criar um ambiente seguro para entrevistas virtuais e formas de implementar novos métodos de análise para ajudar a enriquecer nossas avaliações.

Essa demanda foi apoiada pela tecnologia disponível. Eventos de aprendizagem foram organizados reunindo palestrantes direto de suas casas no México, China, Equador e França. Entrevistas e conversas com partes interessadas em todos os países foram organizadas usando smartphones e videoconferências. A integração de analistas internacionais em nossas avaliações foi facilitada já que toda a equipe, e não apenas o analista externo, estavam conectados por vídeo. Porém, além de usarmos essas plataformas para a troca de conhecimento, a tecnologia está se tornando uma ferramenta cada vez mais importante para levantar informações que não podemos mais coletar em campo. Isso nos deu um incentivo adicional para inovar e adotar novos métodos de coleta e análise de dados.

Este relatório fornece uma visão geral do trabalho de avaliação realizado pelo OVE em 2020. Resume as avaliações concluídas durante o ano, destaca lições aprendidas nas cinco Avaliações de Programas dos Países e descreve iniciativas para aumentar a capacidade de avaliação na região. Também descreve o próximo programa de trabalho do OVE: uma agenda importante levando em consideração a resposta do Grupo BID às prioridades impostas pela crise da COVID 19, a nomeação de um novo Presidente do Grupo BID e as prioridades da nova administração, e o papel do OVE como um parceiro ativo e comprometido dentro da comunidade de avaliação.



Ivory Yong Prötzel
Diretora

ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES

ALC	América Latina e Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMD	Banco Multilateral de Desenvolvimento
CII	Corporação Interamericana de Investimentos (agora BID Invest)
CLEAR	Centros de Aprendizagem sobre Avaliação e Resultados (<i>por sua sigla em inglês</i>)
CPE	Avaliação de Programas dos Países (<i>por sua sigla em inglês</i>)
CS	Estratégia País (<i>por sua sigla em inglês</i>)
CSG	Com garantia soberana
CT	Cooperação Técnica
DEO	Visão Geral da Eficácia no Desenvolvimento (<i>por sua sigla em inglês</i>)
ECG	Grupo de Cooperação para Avaliação (<i>por sua sigla em inglês</i>)
GEI	Iniciativa de Avaliação Global (<i>por sua sigla em inglês</i>)
ICPR	Avaliação Independente de Programas dos Países (<i>por sua sigla em inglês</i>)
IF	Intermediários financeiros
M&E	Monitoramento e avaliação (<i>por sua sigla em inglês</i>)
MICI	Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (<i>por sua sigla em espanhol</i>)
OVE	Escritório de Avaliação e Supervisão (<i>por sua sigla em inglês</i>)
PA	Plano de ação
PBL	Empréstimo baseado políticas (<i>por sua sigla em inglês</i>)
PBP	Empréstimo programático baseado em políticas
PCR	Relatório de Conclusão do Projeto (<i>por sua sigla em inglês</i>)
ReTS	Sistema de Controle de Recomendações (<i>por sua sigla em inglês</i>)
SGS	Sem garantia soberana
TC	Cooperação Técnica (<i>por sua sigla em inglês</i>)
XCPE	Avaliação Expandida de Programa dos Países (<i>por sua sigla em inglês</i>)
XSR	Relatório Expandido de Supervisão (<i>por sua sigla em inglês</i>)

AVALIAÇÕES POR CATEGORIA

O Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) conduz avaliação de quatro grandes categorias: programa dos países, corporativas, projetos e setor/temáticas. Essas categorias são complementares e oferecem uma perspectiva única do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre seu desempenho e eficácia em desenvolvimento. Na elaboração de seu programa de trabalho de avaliação, aprovado pelos Conselhos do Grupo BID, OVE toma em consideração tópicos de interesse estratégico e operacional para o Grupo BID, sua oportunidade, e o mandato e recursos do OVE.

Em 2020, OVE apresentou os seguintes produtos à Diretoria do BID: avaliações de programas dos países para Panamá, El Salvador, Bolívia, Argentina e Uruguai; uma visão geral de Instrumentos de Empréstimo; revisões anuais do Sistema de Controle de Recomendações do OVE (ReTS) de 2019 e dos resultados das validações do OVE das autoavaliações de projetos do BID e BID Invest – os Relatórios de Conclusão do Projeto (PCRs) e Relatórios Expandidos de Supervisão (XSRs).

As avaliações resumidas neste relatório, juntamente com as respostas correspondentes da administração do Grupo BID, estão disponíveis no site do OVE: <https://www.iadb.org/evaluacion>

2

Produtos corporativos



Informe sobre Instrumentos de Préstamos



Sistema de Seguimiento de las Recomendaciones de las Evaluaciones del Grupo BID 2019

5

Avaliações de programas do países



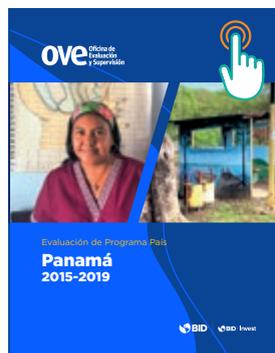
Argentina 2016-2019



Bolivia 2016-2020



El Salvador 2015-2019



Panamá 2015-2019



Uruguay 2016-2020

1

Avaliações de projetos



Revisión de OVE de los Informes de Terminación de Proyecto y los Informes Ampliados de Supervisión: 2020

Avaliações de programas dos países

As Avaliações de Programas dos Países (CPEs) analisam o apoio do Grupo BID ao país durante o período coberto na Estratégia País (CS) mais recente. Elas servem como uma contribuição para a preparação da nova CS, fornecendo um retrato abrangente e independente do trabalho do Grupo BID ao país durante o período de uma CS (normalmente de quatro a seis anos). As CPEs avaliam a relevância, implementação, eficácia e sustentabilidade do programa do Grupo BID no país. Elas cobrem toda a gama de produtos de cooperação técnica, e empréstimos com garantia soberana (CSG) e sem garantia soberana (SGS).

As CPEs envolvem um amplo processo de revisão de documentos, bem como coleta de dados com funcionários do Grupo BID e contrapartes nacionais. Também envolvem visitas de campo. Para as avaliações de 2020, elas ocorreram antes da emergência da COVID 19. O trabalho de campo incluiu visitas a uma amostra de projetos essenciais para avaliar a contribuição do Grupo BID aos países. As CPEs são produzidas de forma independente pelo OVE, mas as autoridades dos países e contrapartes do Grupo BID têm ampla oportunidade de fornecer feedback. As CPEs finais são submetidas para consideração em reuniões conjuntas do Comitê de Programação da Diretoria do BID e do Comitê da Diretoria do BID Invest.

O OVE manteve um próximo diálogo e coordenação com a Administração ao longo da elaboração das cinco CPEs, o que lhe permitiu realizar suas avaliações, até mesmo no caso da Bolívia quando a situação local no final de 2019 impediu que o OVE se deslocasse ao país. Como resultado, o OVE usou tecnologia de videoconferência no final de 2019 para se reunir com a equipe do escritório país do Grupo BID e da agência executora, tecnologia que agora é usada diariamente devido às exigências do teletrabalho durante a pandemia.

Em 2020, o OVE entregou CPEs para o Panamá, El Salvador, Bolívia, Argentina e Uruguai. As recomendações formuladas nas cinco CPEs foram endossadas pelo Conselho e inseridas no Sistema de Controle de Recomendações (ReTS) do OVE. Todas foram acompanhadas pela Administração com Planos de Ação (PA), que o OVE revisou quanto à sua relevância em relação às conclusões e recomendações da CPE. Em resumo, as principais perspectivas e lições aprendidas apresentadas em cada uma das cinco CPEs entregues em 2020 são descritas abaixo, e algumas descobertas comuns dessas avaliações estão destacadas no Quadro Quadro 1.



Avaliação de Programa do País: Panamá 2015–2019

O Panamá experimentou um rápido crescimento, alcançando uma das maiores rendas per capita da região. Isso ajudou a reduzir a pobreza e desigualdade, mas acentuou o desafio de uma economia dual com acentuadas desigualdades econômicas e regionais. Durante o período da Estratégia País para 2015–2019, o Banco aprovou US\$ 2,944 bilhões em financiamento SG e apoio técnico, excedendo o cenário indicativo em mais de 50%. Uma proporção significativa dos empréstimos para investimento concentrou-se na prestação de serviços básicos em áreas rurais e áreas indígenas, o que foi relevante para abordar o contexto dual do Panamá. A eficácia do programa foi mista, com desafios impostos pela baixa capacidade dos prestadores na execução e na manutenção de investimentos em serviços básicos.

O Banco também apoiou com êxito grandes reformas em duas séries de empréstimos baseados em políticas programáticas (PBP) nos setores de logística e proteção social. Por meio da carteira de investimentos, as ações de saneamento na Baía do Panamá ajudaram a melhorar a qualidade da água nos rios urbanos. Na saúde, a meta de registro para cobertura e prestação de serviços básicos foi atingida, mas restam desafios persistentes em termos de qualidade. Na educação, houve avanços na construção de escolas nas áreas rurais, embora sujeitas a atrasos. Também houve avanços na eletrificação rural e reabilitação de estradas. Por sua vez, o BID Invest concentrou seu apoio em clientes com acesso restrito a financiamento e ajudou a estruturar e emitir o primeiro título de gênero da América Latina.

Houve progresso na implementação das recomendações anteriores das CPEs, embora o desafio identificado em abordar sistematicamente a sustentabilidade das operações e reforçar o fortalecimento institucional ainda persista. O OVE recomendou buscar mecanismos para continuar a fortalecer um enfoque integral nas áreas rurais e indígenas, sistematizando e documentando as lições aprendidas no apoio às populações indígenas no Panamá; buscar soluções para os desafios de implementação transversais; abordar a sustentabilidade dentro das operações de forma mais sistemática e reforçar a ênfase no fortalecimento institucional; e manter e expandir as ofertas de serviços de valor agregado para o setor privado.

Avaliação de programa do país: El Salvador 2015–2019

El Salvador fez um progresso social notável, porém, décadas após alcançar a paz, o país continua enfrentando desafios para chegar ao consenso necessário para colocá-lo no caminho de um crescimento sustentável. A CS do Grupo BID para 2015–2019 focou em três áreas prioritárias: finanças públicas, capital humano e infraestrutura logística. Elas foram alinhadas com a necessidade urgente de abordar a situação fiscal do país (que atingiu um pico com a situação da moratória técnica soberana em 2017). Também buscaram preservar a continuidade dos investimentos de longo prazo em capital humano e infraestrutura logística, onde o BID já estava trabalhando, especialmente nos setores de saúde e transporte.



Os objetivos da CS também estavam consistentes com as prioridades do governo. Entretanto, o OVE descobriu que, entre as múltiplas necessidades e prioridades do país, não estava claro quais critérios foram usados para focar os objetivos da CS. Melhorar a segurança do cidadão, um desafio transversal que impõe pesados custos ao país, era uma grande prioridade para o governo, mas não estava coberto nos objetivos da CS. Além disso, os objetivos da CS não contemplavam grande parte das carteiras preexistentes e de SGS, as quais representaram parte importante da execução durante o período. A matrix de resultados da CS apresentou problemas em quase metade de seus indicadores a serem monitorados, em parte porque estavam desconectados do sistema nacional de monitoramento e avaliação.

O BID continua sendo o parceiro para desenvolvimento que mais recursos disponibilizou ao país, ao mesmo tempo em que se adaptou ao reduzido espaço fiscal. Os tempos de ratificação de empréstimos parlamentares são longos (em média três anos e dobrando aqueles no período anterior), exceto na área de finanças públicas onde o consenso desenvolvido com o constante apoio das operações de cooperação técnica (TC) ajudou a abreviá-los. Os tempos e custos de execução de empréstimos de investimento pioraram, mas isso foi parcialmente mitigado pelo grande uso de empréstimos baseados em políticas (PBLs) e a continuação de grandes operações de investimento com executores experientes. Por seu lado, o apoio SGS aumentou, conseguindo adaptar-se ao crescente risco país através de operações com contrapartes sólidas, estruturação inovadora e captação de cofinanciamento.

Na área de finanças públicas, os objetivos de equilíbrio fiscal foram alcançados. O BID assumiu a liderança no apoio ao país por meio de uma série de PBLs, que responderam por dois terços das aprovações com garantia soberana no período, usados em conjunto com uma série de operações de TC que ajudaram a mobilizar consenso para as reformas. Na área de capital humano, o BID ajudou a consolidar a visão de longo prazo do país para um modelo de serviço de saúde mais eficiente. Em contrapartida, na educação o apoio esperado não se concretizou, em parte devido à elevada presença de doações do Fomilenio. Os objetivos para a infraestrutura logística foram apoiados pela continuação de investimentos preexistentes, promovendo melhorias gradativas nas estradas. Porém, um apoio limitado foi dado ao objetivo de integração regional. Finalmente, apesar do progresso parcial em setores como saúde, a sustentabilidade dos investimentos financiados pelo programa do BID continuou a ser um desafio.

Com base nessas conclusões, o OVE recomendou estabelecer critérios claros para priorizar os objetivos da CS (levando em consideração a potencial contribuição da carteira preexistente, o BID Invest e sinergias com outros doadores); promover o uso estratégico de operações de TC (para promover o consenso nacional necessário sobre questões chave de desenvolvimento e a ratificação legislativa de empréstimos); reforçar a sustentabilidade dos investimentos apoiados pelo BID (incorporando a sustentabilidade na formulação de empréstimos e promovendo os mecanismos internos apropriados); e reforçar a nova matrix de resultados da CS (para que possa orientar o programa a ser executado, promover a aprendizagem e usar melhor os sistemas de monitoramento e avaliação do próprio país).



Avaliação de programa do país: Bolívia 2016–2020

O OVE conduziu a CPE da Bolívia durante um período de incertezas devido à transição política. Antes disso, a economia da Bolívia havia crescido em média 4% ao ano desde 2000, aumentando seu PIB per capita em 60% em termos reais. O crescimento ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade; entretanto, os desafios sociais e de produtividade persistiram. Os objetivos estratégicos da Estratégia do Banco para o País no período 2016–2020 foram alinhados com o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo para 2016–2020 e com os desafios do país. Entretanto, alguns dos objetivos como redução da pobreza, eram muito amplos em relação ao apoio esperado do Grupo BID. Por outro lado, em áreas como a criação de um ambiente favorável à formalização e crescimento empresarial, promoção da inovação e melhoria da eficácia da gestão pública, o alcance dos objetivos era muito limitado.

Durante o período da CS, a Bolívia deixou de ter acesso a fundos concessionários e o BID aprovou um volume maior do que no período anterior, tornando-se a instituição financeira internacional com o maior volume de aprovações de empréstimos com garantia soberana. Entretanto, os desafios relacionados à implementação de projetos financiados por empréstimos de investimento persistiram, resultando em tempos de implementação acima da média do Banco e de países comparáveis, o que afetou negativamente o alcance dos resultados. Muitos projetos sofreram com desenhos não adaptados ao contexto local, capacidade insuficiente das unidades executoras, e dificuldades em aquisições.

Em relação aos resultados, o programa contribuiu para aumentar o acesso à infraestrutura pública, como energia renovável, estradas, água e saneamento, porém esta contribuição foi menor do que o esperado. Além disso, o Banco utilizou PBPs para apoiar a melhoria da gestão de riscos de desastres naturais, facilitar a diversificação da matriz energética e melhorar a gestão e promoção da sustentabilidade dos investimentos em transporte, água e saneamento.

Com base em suas conclusões, o OVE propôs cinco recomendações focadas em fornecer continuidade ao apoio do Grupo BID em áreas chave, abordadas para os desafios em desenvolvimento de longo prazo do país; melhorar a capacidade institucional e desenhar projetos que se ajustem ao contexto institucional local para melhorar a implementação e sustentabilidade das operações, considerar novas maneiras de aprofundar o apoio ao setor privado, e adiar a aprovação de uma nova estratégia para o país até que os efeitos da pandemia da COVID 19 sejam melhor compreendidos.

Avaliação de programa do país: Argentina 2016–2019

A Avaliação do Programa do País para 2016–2019 cobriu um período desafiador do país. Após as tentativas iniciais de estabilização econômica, o período de avaliação foi marcado por um retorno à crise que levou o Governo a buscar apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2018. A crise se aprofundou no final do período de avaliação, outono de 2019. Em parte devido a uma mudança, no meio do período, na direção de empréstimos de desembolso rápido para apoio ao orçamento do governo, o período foi caracterizado por aprovações muito altas do Grupo BID (totalizando cerca de US\$ 8 bilhões e excedendo as projeções da CS em 30%). No entanto, as restrições fiscais induzidas pela crise exacerbaram os atrasos já existentes na implementação de empréstimos para investimento.



O programa do Grupo BID com a Argentina foi extremamente relevante. Ele estava amplamente alinhado com a CS, que por sua vez se alinhava aos principais objetivos do Governo. Em meio à crise, os PBPs do BID apoiaram reformas significativas e forneceram liquidez à Argentina. Entretanto, os PBPs foram aprovados sem que estivessem mitigados os riscos para a total implementação das reformas apoiadas.

A eficácia do programa foi mista e os efeitos da crise não apenas levaram a atrasos na execução em grandes partes do programa, mas também criaram preocupações de sustentabilidade à medida que as restrições fiscais se acentuaram. Outros riscos de sustentabilidade emanaram de deficiências permanentes de capacidade de implementação que foram insuficientemente tratadas, bem como de mudanças políticas iminentes. Tudo isso combinado com uma estrutural falta de manutenção da infraestrutura no nível subnacional. Preocupações adicionais com a sustentabilidade surgiram do custo fiscal iminente da pandemia da COVID 19, que provavelmente implicará em futuras mudanças e restrições relacionadas à alocação de recursos.

Alinhado a essas principais conclusões, as recomendações do OVE centraram-se nas necessidades de continuar apoiando os esforços de reforma iniciados durante o período, concentrar o programa em áreas onde o BID agrega mais valor, melhorar a abordagem das deficiências na capacidade institucional e de implementação, encontrar novas maneiras de garantir a manutenção da infraestrutura financiada pelo BID no nível subnacional, e atrasar a aprovação de uma nova CS até que os efeitos da pandemia da COVID 19 sejam melhor compreendidos.

Avaliação de programa do país: Uruguai 2016–2020

Durante o período coberto pela CPE, o Uruguai enfrentou desafios crescentes. Desde 2016 a economia cresceu menos do que nos anos anteriores, mas o país evitou uma recessão. As vulnerabilidades permanecem, já que o Uruguai exporta principalmente produtos agrícolas para poucos destinos e mantém ligações importantes com a Argentina em termos de investimento estrangeiro direto e receitas do turismo. Um déficit fiscal crescente, exacerbado por grandes passivos contingentes do sistema de seguridade social, apresentam desafios importantes. As consequências da COVID 19 criarão desafios adicionais. De 2016 a 2019, o Grupo BID aprovou um total de US\$ 2,15 bilhões e mais US\$ 438 milhões no primeiro semestre de 2020.



As áreas prioritárias da CS estavam alinhadas com as prioridades do Governo e os desafios para o desenvolvimento do país, mas eram muito amplas para poder orientar as intervenções do Grupo BID para onde este teria uma vantagem comparativa. A carteira do Grupo BID estava alinhada com as necessidades do país e a maioria dos objetivos da CS, mas a ampla gama de objetivos resultou em uma carteira dispersa, com operações de investimento relativamente pequenas. Os empréstimos baseados em políticas apoiaram reformas institucionais e de políticas nos setores de comércio e mercados financeiros, ao mesmo tempo que serviram como uma importante ferramenta de gestão de liquidez para o país. O BID Invest forneceu principalmente complementaridade financeira e atingiu a maioria dos setores nos quais seu apoio era previsto pela CS; entretanto, está diminuindo o espaço para um acesso mais amplo ao mercado nas áreas onde o BID Invest vem operando.

Os resultados do programa do Grupo BID foram mistos, com desempenho mais forte nos pilares de produtividade e gestão do setor público do que nos pilares de equidade e inclusão social. O Banco fez contribuições não financeiras significativas, especialmente no apoio à gestão fiscal. Também continuou a promover o compartilhamento regional de conhecimento. Reformas baseadas na legislação e forte capacidade institucional aumentaram a probabilidade dos resultados dos programas do Banco serem sustentáveis. Alguns investimentos apoiados pelo Banco, como registros eletrônicos de saúde, plataformas digitais de aprendizagem e digitalização de serviços governamentais podem ajudar o Uruguai a enfrentar os potenciais efeitos de longo prazo da COVID 19, aumentando assim as perspectivas de sustentabilidade. Entretanto, o OVE identificou duas fontes potenciais de riscos na sustentabilidade dos resultados de desenvolvimento alcançados: mudança de prioridades políticas e espaço fiscal reduzido.

Com base nessas conclusões, o OVE recomendou que uma nova CS seja adotada somente depois que os efeitos da pandemia da COVID 19 forem melhor compreendidos; fornecer um apoio focalizado para ajudar o Uruguai a enfrentar um número limitado de importantes desafios para o desenvolvimento e reduzir os custos de transação; continuar o papel de consultor de confiança para a gestão de dívida e fiscal, tornando o um objetivo explícito da CS, ao mesmo tempo em que ajudando o Uruguai a fortalecer sua capacidade de priorizar efetivamente os investimentos públicos; adotar uma abordagem mais matizada para o compartilhamento de conhecimento em apoio ao diálogo Sul Sul e identificar oportunidades de negócios nas quais o BID Invest possa continuar agregando valor.

Quadro 1. Lições derivadas das avaliações do programa nacional de 2020

As CPEs entregues em 2020 mostraram uma série de conclusões similares. Primeiramente, o Grupo BID conseguiu estabelecer objetivos relevantes e adaptar seu programa à situação fiscal restritiva dos países. Segundo, o BID teve como objetivo enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades regionais e de renda. Terceiro, o Grupo BID desempenhou um papel importante, até mesmo de liderança, na promoção de reformas críticas usando uma combinação de empréstimos para políticas e apoio à cooperação técnica. Quarto, entretanto, a implementação de empréstimos para investimento permaneceu desafiadora, destacando-se a importância de reforço da capacitação local. Em quinto lugar, a sustentabilidade dos investimentos está emergindo como uma questão transversal entre os países.

Da mesma forma, as CPEs produziram recomendações sobre temas comuns. Entre eles tiveram destaques abordar

a sustentabilidade dos investimentos e fortalecer a capacidade institucional e de implementação. O OVE também recomendou promover o uso estratégico de operações de cooperação técnica para apoiar o reforço da capacitação local, bem como ajudar a construir o consenso necessário para reformas. A descoberta de oportunidades nas quais o BID Invest poderia continuar agregando valor foi destacada em várias CPEs, especialmente para países onde o acesso ao mercado se ampliou. Outras CPEs apontaram desafios na matrix de resultados da CS, seja porque os objetivos eram muito amplos ou porque os meios para o monitoramento de progresso estavam indisponíveis e desconectados aos próprios sistemas de monitoramento e avaliação dos países. Finalmente, nas CPEs mais recentes, o OVE recomendou que uma nova Estratégia para o países fosse adotada somente depois que os efeitos da pandemia fossem mais bem compreendidos.

Atualização de protocolos: Nova proposta de XCPE e ICPR

O programa de trabalho 2020–2021 do OVE exigia uma atualização do produto CPE. Guiados por um protocolo revisado pela última vez em 2009, as CPEs apresentam uma série de desafios. Em primeiro lugar, as mudanças no processo que orienta a elaboração das Estratégias para os países podem ter diminuído o valor das CPEs como uma contribuição para esse processo. Segundo, a realização de uma CPE para cada ciclo de estratégia, em todos os países, significa que uma parte significativa dos recursos do OVE fica pré comprometida, limitando espaço para outras avaliações. Terceiro, uma CPE que cobre apenas um período de CS considera resultados de curto prazo e torna difícil uma perspectiva abrangente de longo prazo sobre o apoio do Grupo BID.



O protocolo da CPE atualizado, que será apresentado ao Conselho de Diretores Executivos no segundo semestre de 2021, visa aumentar a relevância dos produtos do país e encontrar o equilíbrio certo entre seu custo e seu benefício para a instituição. O OVE iniciou esse processo de atualização em 2020, desenvolvendo uma proposta para substituir as CPEs por dois novos produtos: uma Revisão Independente de Programas dos Países (ICPR) e uma CPE Expandida (XCPE). As ICPRs são exercícios simplificados, baseados em documentos que cobrem um período da estratégia, os quais avaliam a relevância da estratégia do país e fornecem informações agregadas sobre a implementação do programa. Em contraste, as XCPEs cobrem dois períodos da estratégia, usando uma abordagem de avaliação semelhante às CPEs atuais, mas se beneficiando de um prazo mais longo para avaliar melhor os resultados e a sustentabilidade.

Como contribuição para a atualização do protocolo da CPE, o OVE está conduzindo pilotos desses produtos nos quatro países para os quais as CPEs estavam programadas para começar em 2020. Três países (Suriname, Guatemala e Trinidad e Tobago) com carteiras relativamente menos maduras e menores estão sendo considerados no contexto da ICPR. Para o quarto país (a República Dominicana, que tem o carteira mais robusta e madura) o OVE está pilotando uma XCPE. O trabalho está em andamento e essas quatro avaliações serão entregues em meados de 2021. Espera-se que as lições aprendidas durante sua elaboração sejam incorporadas ao novo protocolo para avaliações dos países, que será discutido com o Conselho de Diretores Executivos antes de sua aprovação. A subsequente divulgação e atividades de treinamento irão garantir a consistência e o envolvimento das partes interessadas internas e externas.

Avaliações corporativas

As avaliações corporativas enfocam nas políticas, estratégias, instrumentos e processos internos que o Grupo BID utiliza para alcançar seus objetivos corporativos em prestar apoio ao desenvolvimento dos países da região. Esta é uma categoria ampla que abrange uma gama de atividades de avaliação e supervisão, e inclui a implementação da Administração das recomendações do OVE usando o Sistema de Controle de Recomendações (ReTS). Uma síntese das principais descobertas e lições dos produtos OVE entregues nesta categoria em 2020 está apresentado abaixo.



Relatório de instrumentos para empréstimos

O BID usa Instrumentos para empréstimo como meio de apoiar os países membros mutuários. A demanda por empréstimos do BID e por instrumentos de empréstimo específicos tem variado ao longo do tempo e vem sendo afetada por diversos fatores. Em tempos de crescimento econômico, os países da América Latina e do Caribe (LAC) ganharam maior acesso aos mercados de capitais locais e internacionais, e novos atores institucionais se posicionaram para cobrir uma parte significativa das necessidades de financiamento da região. Contextos políticos e sociais, crises financeiras e ameaças de desastres naturais também impactaram a demanda por instrumentos de empréstimo específicos. Mais recentemente, a pandemia da COVID 19 está testando a capacidade do BID em enfrentar a emergência com

seus atuais instrumentos de empréstimo. Nesse contexto, o relatório do OVE serviu como um produto de conhecimento focado nos instrumentos e modalidades de empréstimo com Garantia Soberana do BID. Fez um balanço dos resultados de avaliações anteriores realizadas pelo OVE nas últimas décadas e avaliou as lições aprendidas para o futuro.

Em geral, o OVE constatou que o BID tem atualizado seu conjunto de instrumentos e modalidades de empréstimos para adaptá los ao longo do tempo às necessidades e demandas dos países e torná los mais flexíveis. A maioria das avaliações realizadas pelo OVE revelou que não havia grandes lacunas no conjunto de instrumentos e modalidades de empréstimo CGS do BID. Entretanto, tanto a preferência quanto o uso das diferentes modalidades tem sido desigual entre os países. Por exemplo, algumas

modalidades foram amplamente utilizadas, como os empréstimos de investimento específicos, as obras múltiplas e os empréstimos baseados em políticas, enquanto que outras os foram nunca ou raramente, como, por exemplo, os mecanismos de preparação e execução de projetos ou empréstimos com múltiplas fases. Além disso, os países de renda média alta desenvolveram uma carteira variada em termos de instrumentos e modalidades de empréstimo, enquanto os países de renda média baixa não usaram nenhum tipo de instrumento de empréstimo de emergência ou contingência nos últimos 10 anos. Por sua vez, o uso de garantias tem sido muito limitado. Essas conclusões sugerem que pode haver espaço para uma maior simplificação das modalidades e que alguns instrumentos ou modalidades podem não ser adequados para países com características específicas.

Os empréstimos de emergência tornaram-se uma ferramenta importante no contexto da resposta do BID às consequências econômicas da pandemia da COVID-19. Nesse contexto, o OVE revisou as avaliações realizadas pelo BID e por outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDB), considerando sua experiência com instrumentos de empréstimo de emergência implementados para responder à crise financeira de 2008–2009. Elas apontam para uma aprendizagem crítica: a velocidade da resposta foi essencial, e modificar os instrumentos e modalidades de empréstimo existentes foi uma abordagem mais eficiente do que a de estabelecer novos instrumentos. Algumas avaliações destacaram a experiência positiva do BID (em comparação com outras instituições multilaterais) em alcançar os países que mais necessitavam de apoio financeiro.

De modo geral, o relatório também serviu para identificar lacunas nas informações sobre instrumentos financeiros e para enfocar o plano de trabalho do OVE para fechar essas lacunas. Como resultado, as avaliações do OVE para 2021 incluem operações de garantia do BID e empréstimos baseados em políticas.

Implementação das recomendações do OVE pela administração: O Sistema de Controle de Recomendações (ReTS) de 2019

Esta avaliação anual verifica até que ponto a Administração implementou ações relevantes para enfrentar os desafios que deram origem às recomendações emitidas pelo OVE e endossadas pelo Conselho de Diretores Executivos. Este é o quarto ciclo de validação completo do OVE e o segundo relatório independente sobre este tópico. O OVE analisa a relevância, avaliabilidade e progresso da implementação em cada ano (ao longo de um período de quatro anos) dos PAs elaborados pela Administração, bem como a adoção final das recomendações.



Em 2019, o OVE validou os PAs para um total de 161 recomendações ativas, correspondentes a 38 avaliações. A maioria dos planos (94%) foi relevante para o cumprimento da recomendação e 84,3% foram implementados conforme previsto, continuando a tendência positiva dos anos anteriores. Além disso, 25 recomendações emitidas em cinco CPEs anteriores foram retiradas do ReTS após a conclusão do seu ciclo de implementação. Destes, 22 foram aposentadas como “adotadas”, embora o OVE tenha determinado que em alguns casos os desafios persistem (em termos de sustentabilidade dos resultados, fortalecimento institucional, manutenção da infraestrutura e apoio ao setor privado), levando a recomendações semelhantes nas seguintes CPEs que serão acompanhadas nos novos PAs.

Foi concluído o monitoramento das recomendações de duas outras avaliações em 2019. Com relação à avaliação do trabalho do Grupo BID por meio de Intermediários Financeiros (IFs), houve progresso em várias ações, como a melhora da coordenação entre as diferentes janelas que oferecem apoio às IFs e os diagnósticos do setor financeiro elaborados em conjunto com investimento do Banco e do BID Invest em diversas CSs. Entretanto, ainda é necessária uma abordagem estratégica mais ampla para Instituições Financeiras no âmbito do Grupo BID. Com relação à avaliação dos resultados do Realinhamento, houve progresso em ações que podem aprimorar os processos orçamentários do Banco e melhorar o controle de qualidade dos produtos operacionais, porém os desafios permanecem em termos de simplificar os vários níveis de seleção de projetos e revisão de qualidade.

Avaliações de projetos

As avaliações de projetos verificam em que medida os projetos individuais do Grupo BID alcançaram seus resultados, e quais fatores os afetaram, permitindo gerar lições para as partes interessadas internas e externas. A validação das autoavaliações de projetos é um componente central dos sistemas de avaliação dos MDBs, e o Grupo BID tem estado na liderança no desenvolvimento de critérios de avaliação comuns para operações dos setores público e privado. A cada ano, o OVE analisa e valida os Relatórios de Conclusão de Projetos (PCRs) do BID e os Relatórios Expandidos de Supervisão (XSRs) do BID para um grupo de projetos que encerraram ou alcançaram maturidade operacional antecipada. O OVE então atribui uma classificação do resultado final para cada projeto em revisão. Os resultados dessas validações são resumidos em um relatório de validação. As avaliações e validações do OVE contribuem para a prestação de contas e o aprendizado institucional. Desde 2018, as classificações finais do OVE são relatadas na Visão Geral da Eficácia no Desenvolvimento (DEO) anual do Grupo BID. O Quadro 1.2 apresenta um resumo deste relatório.

Quadro 2. Revisão do OVE de PCRs e XSRs: o ciclo de validação de 2020

Como parte do ciclo de validação de 2020, o OVE revisou os PCRs para 63 operações SG, que em sua maioria foram encerradas em 2018. Os XSRs foram revisados para 36 operações do BID Invest que haviam atingido a maturidade operacional antecipada em 2018. O Grupo BID usa uma metodologia baseada em objetivos para avaliar o desempenho de suas operações de empréstimo. Esta metodologia mede o desempenho do projeto em relação aos objetivos de desenvolvimento declarados na aprovação do projeto. Ele avalia a relevância, eficácia, eficiência e sustentabilidade de cada operação. Com base nesses critérios principais, cada projeto é classificado quanto ao resultado geral, derivado de uma média ponderada das classificações de cada um dos quatro critérios principais.

No ciclo de validação de 2020, as classificações gerais dos resultados de projeto foram positivas para 51% (32) das operações SG e 58% (21) para as operações NSG. Em termos dos critérios essenciais, as classificações mais altas foram para relevância (84% positivo para SG e 61% para NSG), mostrando uma forte lógica vertical e alinhamento com as estratégias do Grupo BID e realidades do país. A eficácia teve as classificações mais baixas (29% positivas para SG e 50% para NSG), o que reduziu as classificações gerais dos resultados do projeto.

Depois de coletar informações de quatro ciclos de validação e buscar esclarecer as razões por trás das classificações sistemáticas de baixa eficácia, este relatório examinou as classificações de resultado geral do projeto e os critérios essenciais para todas as validações concluídas entre 2017 e 2020 (mais de 300 operações), junto com uma análise das lições documentadas nos PCRs e XSRs. Cinquenta e oito por cento (106) das operações validadas de SG obtiveram uma classificação de resultado geral positiva. Embora a maioria das classificações de resultado geral negativas envolvam pelo menos dois critérios principais classificados negativamente, a baixa proporção de projetos com uma classificação de resultado geral positivo é impulsionada principalmente por classificações baixas de eficácia. As classificações de eficácia negativa surgiram de uma combinação de fatores que vão desde a baixa qualidade de M&E até cancelamentos de produtos e baixo desempenho de projetos. A análise sistemática de todas as validações revelou que o cancelamento parcial ou total de componentes ou resultados alterou a lógica vertical dos projetos, levando à incapacidade dos projetos de atingir seus objetivos e, portanto, classificações de eficácia negativas. Esse tipo de cancelamento se materializou em quase um terço dos projetos com classificação negativa em eficácia (37 de 124 casos). Isso

levanta a questão por quais motivos os projetos cuja lógica vertical original foi alterada e, portanto, não poderiam mais atingir os objetivos pretendidos, foram continuados em vez de formalmente reestruturados.

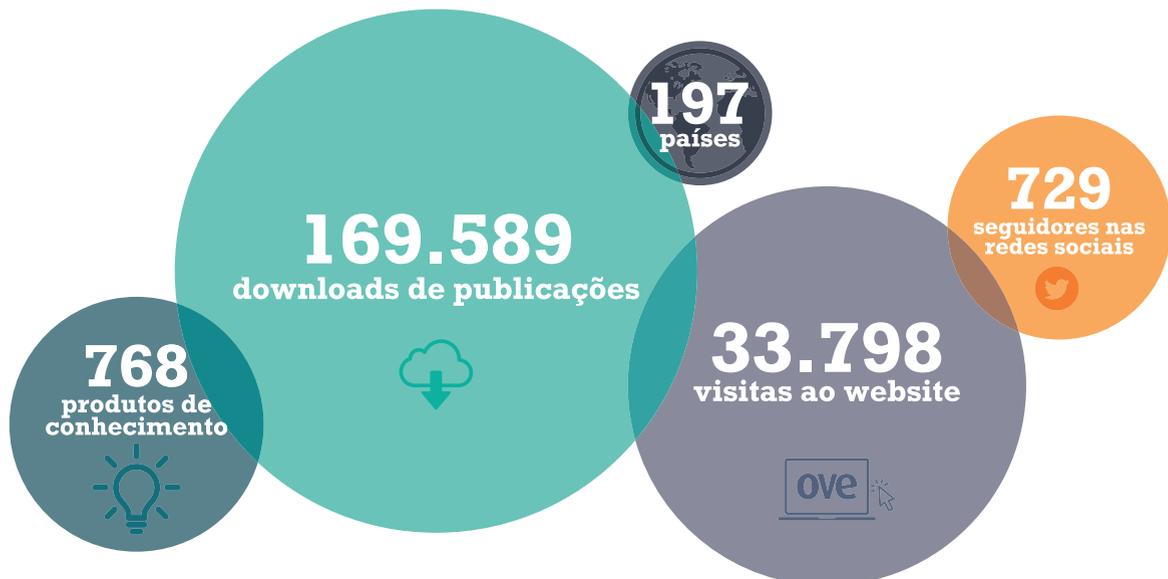
Nem os PCRs nem os XSRs focam o suficiente em aprendizado institucional. A utilidade dos relatórios de autoavaliação como ferramentas de aprendizagem e de suas validações, é dificultada por sua análise um tanto limitada dos fatores que afetam o desempenho dos projetos. Lições extraídas de PCRs e XSRs revelam a necessidade de (1) fortalecer as práticas do Grupo BID para monitoramento e avaliação e na coleta de dados e (2) documentar ações concretas bem sucedidas (para projetos replicarem) e ações

malsucedidas (para projetos evitarem). A maioria das lições se concentra em como as melhores práticas em M&E deveriam ter sido implementadas, e como vários problemas com a coleta de dados dificultaram o cálculo dos indicadores. Mas as partes que enfocam em lições de implementação, destinadas a produzir novos conhecimentos, são limitadas. Em consonância com esses achados, as recomendações do OVE centraram-se na necessidade de fortalecer o componente de aprendizagem de PCRs e XSRs por meio da documentação de ações concretas, tanto aquelas que se mostraram ineficazes (a serem evitadas no futuro) e aquelas que se mostraram eficazes (a serem replicadas) durante a implementação das operações.

DISSEMINAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

O OVE dedica esforços substanciais para divulgar os resultados de suas avaliações a variados públicos - tanto dentro do Grupo BID quanto entre as contrapartes dos países, e o público em geral - por meios facilmente acessíveis.

Em 2020, o OVE revisou sua estratégia de comunicação para melhorar a divulgação e promover discussões sobre os resultados das avaliações com públicos internos e externos com o objetivo de facilitar a aprendizagem institucional, fomentar a responsabilidade e a transparência, e projetar o OVE como uma referência dentro do Grupo BID e da comunidade de avaliação em geral. Diversos veículos de divulgação foram ativados para ampliar a disseminação, como mídia social, blogs, boletins informativos para públicos alvo, vídeos, webinars, workshops e conferências.



O OVE também está em processo de reformular o seu Website para melhorar sua apresentação e o acesso às avaliações, aprimorar as ferramentas de comunicação (vídeos curtos, infográficos interativos, blogs) e fornecer um formato fácil de leitura que melhor transmita as principais mensagens da avaliação.

O OVE continuou contribuindo para divulgação e discussão dos resultados das avaliações para promover um desenvolvimento eficaz. Em 2020, o OVE hospedou e organizou um painel de discussão virtual [Resposta à COVID 19: Lições das avaliações](#) (consulte o Quadro 3), que incluiu palestrantes do Grupo Banco Mundial, o Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância e do Banco Asiático de Desenvolvimento. Também desenvolveu um [blog e vídeo](#) – publicado pela Divisão de Gênero e Diversidade (GDI) do BID – sobre a mais recente CPE do Panamá (2015–2019), que apresenta lições do apoio do BID em territórios indígenas. O OVE também participou de vários eventos de alto nível ao longo do ano, como a Terceira Consulta Regional Eval4Action na LAC e a Semana de Avaliação Asiática de 2020.

O OVE também manteve um envolvimento contínuo com o Grupo de Cooperação em Avaliação (ECG) e outros membros da comunidade de avaliação em 2020. Os membros do OVE continuam a colaborar como revisores pares de avaliações e políticas de avaliação conduzidas por escritórios de avaliação de outros bancos multilaterais de desenvolvimento. Os membros e observadores do ECG se reúnem duas vezes por ano para discutir e compartilhar experiências. As reuniões são sediadas pelo Presidente do ECG, que alterna anualmente.

Quadro 3.

COVID-19: o que podemos aprender com respostas anteriores a crises de saúde pública?

Em todo o mundo, a pandemia da COVID 19 trouxe impactos econômicos e humanitários sem precedentes. Para enfrentar a situação de forma eficaz, os esforços de resposta e recuperação devem ser guiados por evidências. É aqui que a avaliação entra em cena: A avaliação pode nos dizer o que funciona, o que não funciona, e o porquê.

No dia 5 de junho de 2020, [o OVE convocou um painel de avaliadores](#) que analisou a resposta de suas instituições às crises de saúde pública anteriores, como o Ebola e a gripe aviária. Os participantes foram Maya Vijayaraghavan (Banco Asiático de Desenvolvimento), Beth Plowman (UNICEF) e Stephen Hutton (Banco Mundial). Ivory Yong Prötzel, diretora do OVE, moderou a discussão.

O foco do painel foi em lições de avaliação extraídas nas respostas a crises anteriores de saúde pública que poderiam ser relevantes para abordar a pandemia da COVID. Estas foram as principais lições:

Que lições importantes surgiram durante as avaliações das respostas ao Ebola ou à gripe aviária, e como elas são úteis no contexto da COVID 19?

Mudança para a preparação: Frequentemente, as agências multilaterais de desenvolvimento têm dificuldades em manter suas agendas focadas em questões de crises depois que elas diminuem, o que limita sua capacidade de aprender e aplicar lições. Por esse motivo, é importante mudar para uma abordagem de preparo à uma pandemia, semelhante a mudança de alívio emergencial para preparo a emergências no caso de desastres naturais. Também é fundamental usar o período entre as crises para desenvolver capacidades, já que é virtualmente impossível abordar todos os aspectos de uma emergência durante uma crise.

Envolvimento com comunidades e comunicação: As emergências de saúde pública são diferentes de outros tipos de emergências porque a crise pode passar rapidamente de uma comunidade para outra. O envolvimento de antropólogos e sociólogos médicos desempenharam um papel crucial para compreender melhor as comunidades, e ajudar o UNICEF a se envolver de maneira mais eficaz com elas. Com base nessa experiência, o UNICEF criou uma plataforma de pesquisa em ciências sociais para comunicar melhor as novas descobertas sobre o Ebola e, atualmente, sobre a pandemia da COVID 19

Colaboração e compartilhamento de conhecimento: Aprender com outras emergências (por exemplo, desastres naturais, epidemias) torna possível responder de forma mais rápida e eficaz, por exemplo, aproveitando a experiência de toda a instituição e agilizando os processos operacionais e de aprovação. A "[Uma abordagem ADB](#)" baseia-se na ideia de reunir conhecimento e experiência de toda a organização.

Qual é a chave para a aprendizagem adaptativa em uma situação como a resposta à COVID 19?

Retroalimentação em contextos de mudança rápida: O verdadeiro problema nas crises de saúde é a falta de suficiente retroalimentação durante a implementação dos programas de resposta a crises. Para a pandemia da COVID 19, seria útil saber se os programas funcionam, porque ou por que não, e o que pode ser feito para melhorar durante a implementação.

Administração adaptável: Não é possível ter aprendizagem adaptável sem administração adaptável. Se a administração de uma organização é flexível, e a disposição a se adaptar é determinada pela cultura institucional e pela atitude em relação ao risco. Tomar decisões rápidas

com informações limitadas pode ser desafiador em algumas instituições, especialmente onde prevalece uma cultura de evitar riscos. Recentemente o departamento de avaliação do UNICEF começou a fornecer à administração as chamadas informações “boas o suficiente” para orientar as decisões em tempo real na resposta à COVID 19.

Aprendizagem emergente: A aprendizagem em tempo real sobre comunicação e conscientização pública foi particularmente relevante para induzir mudanças comportamentais desenvolvendo mensagens eficazes sobre a gripe aviária no Banco Mundial. É por isso que as instituições que operam no contexto de uma crise global precisam praticar a [aprendizagem emergente](#). Isso exige definir, em reuniões prévias, o que representaria sucesso nessa situação e quais dificuldades poderiam existir, e em reunião posterior verificar os resultados, isso ajudaria a extrair lições e mudar táticas enquanto o projeto (ou semelhantes) ainda estão sendo implementado.

O que os avaliadores devem ter em mente ao avaliar as respostas à pandemia da COVID 19?

Coleta de dados antes que os projetos sejam concluídos: A avaliação da resposta do UNICEF ao Ebola, realizada no final do ciclo do projeto, foi “[tarde demais para pegar todas as adaptações importantes que foram feitas e os problemas que surgiram durante o surto](#)”. Para desenvolver uma boa compreensão das nuances do processo de implementação, é crucial começar a coletar informações para preparar para uma avaliação enquanto a resposta à crise ainda está sendo implementada.

Planejamento antecipado e avaliação em tempo real: Para avaliar as respostas à COVID 19, avaliadores devem planejar com antecedência, acompanhar a resposta institucional (financiamento e processos) e se preparar para a possibilidade de uma avaliação em tempo real para medir a probabilidade de efetividade da resposta.

Trabalho próximo com as equipes de implementação: É importante que as avaliações em um cenário de crise informem aos gerentes de projeto (abertamente e durante a implementação) sobre o que funciona e o que não funciona. Essa abordagem pode exigir uma nova mentalidade em relação à independência dos escritórios de avaliação, porque a avaliação em tempo real requer um trabalho próximo às equipes de implementação. Em seu discurso de encerramento, a Diretora do OVE enfatizou a necessidade das instituições estarem preparadas para futuras emergências para que possam apoiar efetivamente os países durante as crises, com foco nas populações mais vulneráveis e afetadas pela crise. Compartilhar conhecimento entre instituições e regiões é a chave para enfrentar crises complexas como a pandemia da COVID 19.

DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE AVALIAÇÃO

Em resposta à sua atribuição de fortalecer as capacidades de avaliação na América Latina e no Caribe, o OVE lançou sua nova estratégia de desenvolvimento de capacidade de avaliação (ECD) em 2020. A estratégia é baseada em uma abordagem dupla que, por um lado, fornece apoio contínuo aos Centros de Aprendizagem sobre Avaliação e Resultados (CLEAR) do México e do Brasil, e por outro, promove a criação de pelo menos duas redes de avaliação na LAC.

Como em anos anteriores, os centros CLEAR do México e do Brasil ofereceram treinamento em avaliação, assistência técnica às instituições governamentais nacionais e subnacionais, e desenvolveram e disseminaram conhecimentos de avaliação em espanhol e português. A iniciativa CLEAR tornou-se Iniciativa de Avaliação Global (GEI) em 2021. O OVE desempenhou um papel ativo na definição da nova iniciativa e continuará apoiando os centros do México e Brasil por meio da GEI.

Ao promover a criação de pelo menos duas redes de avaliação na LAC, o OVE busca fornecer um fórum no qual profissionais de avaliação possam trocar ideias, conhecimentos e boas práticas e, mais importante, onde possam aprender uns com os outros. Com base na demanda preliminar identificada por meio do trabalho de avaliação do OVE na região, a primeira rede reunirá bancos de desenvolvimento nacionais e estaduais e, mais especificamente, escritórios com responsabilidades de avaliação dentro de tais instituições. Uma fase piloto terá início no Brasil, com o objetivo de expandir para outros países da região da América Latina e do Caribe com base no interesse e demanda. Nesse contexto, o OVE organizou uma reunião preparatória em dezembro de 2020 com representantes de sete bancos e agências de desenvolvimento brasileiros em nível nacional e subnacional. A reunião confirmou o grande interesse e oportunidade para este tipo de rede, ajudou a definir os objetivos da rede, as linhas potenciais de atividades, e os passos necessários para o seu lançamento em meados de 2021.

O TRABALHO À FRENTE

Em dezembro de 2020, a Diretoria do BID aprovou o [Programa de Trabalho e Orçamento Propostos do OVE para 2021–2022](#) (documento RE 551 1), que inclui uma agenda de avaliação ambiciosa e estratégica para o próximo ano. O programa de trabalho deve estar alinhado com a realidade da COVID 19, o que implica mudanças nas fontes de informação e métodos de coleta de dados (missões presenciais atualmente não são viáveis, por exemplo). Após consultas com representantes das Diretorias do BID, BID Invest e com a Administração, o OVE desenvolveu um programa de trabalho sustentado por três pilares principais: continuidade, COVID 19, e flexibilidade para continuar fornecendo informações baseadas em evidências para as discussões estratégicas sobre os desafios enfrentados pelo Grupo BID. Os principais aspectos do programa de trabalho são os seguintes:

Avaliações corporativas que sejam importantes à medida que o Grupo BID considera sua futura direção. O trabalho nesta área inclui a conclusão das avaliações em curso do Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (conhecido por sua sigla em espanhol, MICI), Garantias, BID Lab, Governança do BID e o Linha de Subsídios do BID (GRF) para o Haiti, e começando novas avaliações em 2021 de Empréstimos com Base em Políticas, BID Invest, Marco da Eficácia no Desenvolvimento, Mobilização de Recursos e Resposta do BID à COVID 19.

Avaliações setoriais e temáticas que respondam a importantes desafios no desenvolvimento na região e que ajudem a preencher lacunas de conhecimento. Isso inclui as avaliações em curso do trabalho do BID em Transparência e Integridade e do Apoio do BID à Segurança do Cidadão, bem como novas avaliações a partir de 2021 sobre a Agenda Digital e Mudanças Climáticas com foco na Adaptação.

Avaliações de programas dos países – o trabalho do OVE nesta área se concentrará na conclusão dos pilotos realizados com vistas à atualização do Protocolo de CPE, ou seja, uma Avaliação de Programa do País cobrindo dois períodos de estratégia para a República Dominicana e análises documentais para a Guatemala, Suriname e Trinidad e Tobago. Também envolve um novo trabalho de Avaliação de Programa do País previsto para iniciar em 2021, incluindo: Belize, Equador, Guiana, Jamaica e Peru.

Relatórios de responsabilidade e supervisão que continuam a apoiar a credibilidade dos sistemas de autoavaliação do Grupo BID. O OVE continuará a validar os relatórios de autoavaliação de projetos do Grupo BID e a implementação do sistema de controle de recomendações (ReTS) do OVE.

Extensão, capacitação e envolvimento com a comunidade de avaliação: O OVE continuará a se envolver em atividades que ajudem a melhorar e facilitar a disseminação e gestão do conhecimento dos resultados da avaliação, e a promover a capacitação em avaliação por meio de estratégias atualizadas em ambos os campos. Também continuará sua relação com parceiros dentro da comunidade de avaliação, em particular, o OVE presidirá o ECG em 2021, que comemora seu 25º aniversário, e considera organizar eventos envolvendo atores de avaliação da região.

Em sua maioria, as avaliações estão disponíveis apenas em Inglês e Espanhol.

ANEXO - AVALIAÇÕES DO OVE REALIZADAS EM 2011- 2020, POR CATEGORIA



AVALIAÇÕES CORPORATIVAS

ANO	RELATÓRIO
2020	Série de instrumentos: Avaliação de instrumentos de empréstimo (RE-549)
	ReTS (RE-550)
	Avaliação do MICI (<i>em andamento</i>); Documento de abordagem RE-542)
2019	Revisão da geração e disseminação do conhecimento (RE-517-2)
	Salvaguardas ambientais e sociais (RE-521-1)
	ReTS (RE-541)
	Lições de projetos problemáticos NSG (CII/RE-32-1)
2018	Atualização BID 9 (RE-515-6)
	Avaliações de impacto (RE-512-1)
	ReTS (Nota informativa: RE-524-2)
2017	IAMCs (RE-508-1)
	Análise de fusão (RE-513-3)
	Apoio direto às PMEs pela CII (CII/RE-23-3)
	ReTS (Nota informativa: RE-511-1)

ANO	RELATÓRIO
2016	Empréstimo com base em políticas (Nota técnica RE-485-6)
	Empréstimos contingentes (RE-496-1)
	Evolução dos gastos administrativos no BID (RE-499-1)
2011-15	Observação de supervisão: Gestão de risco de crédito (RE-386)
	Pilar de conhecimento e aprendizagem (RE-401)
	BID-8 (RE-409-1)
	Oportunidades para a maioria (RE-414)
	MICI (RE-416-1 , RE-463-1)
	Avaliação intermediária do BIDg (RE-425 , RE-437-2)
	Países de renda média superior (RE-447)
	Realinhamento do BID (RE-451-2)
	Fundo Fiduciário Japonês (RE-471)
	Programas especiais do BID (RE-476-5)
	FOMIN ₂ (MIF/RE-2-4)
	ReTS 2013-2014 (RE-470-4)
Revisão da fase piloto do novo ReTS (GN-2707-4)	

AVALIAÇÕES DE PROGRAMAS DOS PAÍSES

ANO	RELATÓRIO		
2020	• Panamá (RE-547)	• Argentina (RE-540-1)	• Uruguai (RE-546-1)
	• El Salvador (RE-539-1)	• Bolívia (RE-545-1)	
	• Atualização do produto de Avaliação do País (Apresentação PP-1091)		
2019	• Colômbia (RE-529-3)	• Costa Rica (RE-535-4)	• México (RE-536-1)
	• Brasil (RE-534-1)		
2018	• Nicarágua (RE-522-1)	• Chile (RE-526-1)	• Honduras (RE-528-1)
	• Barbados (RE-525-1)	• Paraguai (RE-527-1)	
2017	• Guiana (RE-502-3)	• República Dominicana (RE-505-1)	• Bahamas (RE-516-4)
	• Equador (RE-514-1)		
2016	• Argentina (RE-491-1)	• Haiti (RE-494-1)	• Peru (RE-498-1)
	• Suriname (RE-493-1)	• Trinidad e Tobago (RE-495-3)	• Guatemala (RE-503-1)
2011-15	27 países		

AVALIAÇÕES SETORIAIS E TEMÁTICAS

ANO	RELATÓRIO
2020	Transparência e integridade (<i>em andamento</i>)
	Segurança do cidadão (<i>em andamento</i>)
2019	N/D
2018	Gênero e diversidade (RE-518-2)
	Programas de desenvolvimento produtivo no Brasil (RE-489-1)
2017	Habitação: Caribe (RE-500-1)
	PPPs de infraestrutura (RE-504-4)
	Política e administração tributária (RE-509-1)
	Investimento de capital em FIs de desenvolvimento (CII/RE-20-2)
	Água rural (RE-464-1)
2016	Grupo BID trabalha por meio de FIs (RE-486-2)
	Empréstimos verdes (RE-487-2)
	Transporte urbano e pobreza (RE-497-1)
	Cidades sustentáveis (RE-501-1)
2011-15	Setor de energia (RE-382)
	Avaliações retroativas: Medidas de mitigação ambiental (RE-383 , RE-385)
	Processos de reassentamento e impacto socioeconômico: Colômbia (RE-387)
	Gestão de bacias hidrográficas (RE-399)
	Programas regionais (Documento de abordagem RE-400)
	Empréstimos NSG subnacionais (RE-402)
	Prevenção da violência e do crime na LAC (Documento de abordagem RE-408)
	Regularização e administração de terras (RE-410-1)

ANO	RELATÓRIO
2011-15	Programas transnacionais (RE-415)
	Política de povos indígenas (RE-419)
	Programas de apoio a PMEs no Brasil (RE-450-1)
	Transporte urbano (RE-454-1)
	Segurança do cidadão (RE-455-1 , RE-456)
	Clima (RE-459 , RE-459-1 , RE-480)
	Ensino secundário (RE-461)
	Agricultura e segurança alimentar (RE-467-1)
	Programas CCT: América Central (RE-473-1)
	PROCIDADES: Brasil (RE-481-4)
	Documentos de discussão (IDB-DP-305 , IDB-DP-306 , IDB-DP-307 , IDB-DP-308)
	Documentos de trabalho (OVE/WP-01/12 , OVE-WP-02/12 , OVE/WP-02/14 , IDB-WP-475)

AVALIAÇÕES E VALIDAÇÕES DE PROJETOS

ANO	RELATÓRIO
2020	Validações de PCR/XSR (<i>em andamento</i>)
2019	Validações de PCR/XSR (RE-544)
2018	Validações de PCR/XSR (RE-530-2)
2017	Validações de PCR/XSR (RE-520)
2016	N/D
2011-15	Avaliações independentes do exercício de XPSRs do SCF (RE-332-4 , RE-332-6 , RE-332-8)
	Análise de avaliabilidade dos projetos do Banco (RE-397-1 , RE-448-1 , RE-384)
	Revisão do sistema de PCR para operações de SG (RE-417)
	Avaliação do desempenho do projeto do BID: Sistemas de PCR e XPSR (RE-488)
	Relatórios anuais de validação independente da CII (CII/RE-13, CII/RE-14, CII/RE-15, CII/RE-16)
Validações independentes de projetos de investimento do FOMIN (MIF/RE-4)	

OUTROS

ANO	RELATÓRIO
2020	Relatório anual de 2019 (RE-548)
	Estrutura da política de avaliação (RE-538-5)
2019	Relatório anual de 2018 (RE-537)
	Acompanhamento do painel de revisão independente da função de avaliação (RE-531-4)
2018	Relatório Anual de 2017 (RE-524-2)
2017	Relatório Anual de 2016 (RE-511)
2016	Relatório Anual de 2015 (RE-485-8)
2011-15	Relatório Anual de 2013-2014 (RE-470-4)



Encontre aqui todas as avaliações
mencionadas neste relatório
www.iadb.org/evaluacion

'20 RELATÓRIO ANUAL

Escritório de Avaliação e Supervisão

 iadb.org/evaluation

 [@BID_evaluacion](https://twitter.com/BID_evaluacion)

 [linkedin.com/showcase/idb-ove](https://www.linkedin.com/showcase/idb-ove)